

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.641 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 14 DE FEVEREIRO DE 2003



Célio Azeredo

Ana Júlia participou de reunião no Ministério do Trabalho para discutir aumento de fiscalização

Ana Júlia promete lutar contra trabalho escravo

Tirar do Pará o “título” de campeão do trabalho escravo no país é o compromisso da senadora Ana Júlia. Segundo ela, essa condição “só traz vergonha” para o estado.

PÁGINA 2

Especialistas analisam futuro da Previdência

Debate promovido no Senado pelo Instituto Legislativo Brasileiro avaliou as alternativas de reforma previdenciária.

PÁGINA 4



Gerardo Magela

João Capiberibe defende a união das duas Casas do Congresso para fazer avançar a reforma partidária

Capiberibe pede prioridade à definição da reforma política

Na opinião do senador João Capiberibe, vice-líder do governo, a reforma política deve receber tratamento prioritário no Congresso. “É a mãe de todas as reformas”, afirma.

PÁGINA 4

Paim: conselho não atinge a soberania do Congresso

Presidente em exercício do Senado afirma que não haverá superposição de ações entre órgão instalado ontem e o Poder Legislativo. “Não vamos abrir mão de discutir com a sociedade temas importantes para o país”, salienta.

PÁGINA 3



Gerardo Magela

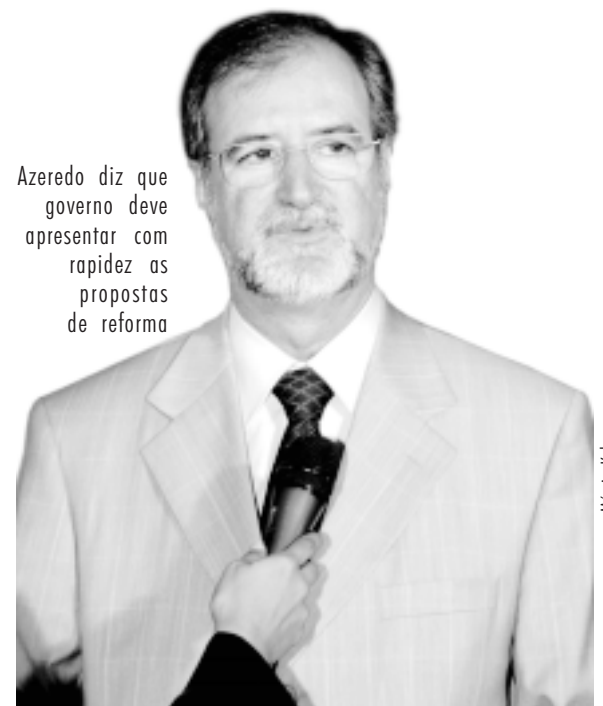
Paulo Paim recebeu ontem a atriz Lucélia Santos, que pediu apoio ao projeto sobre exibição de filmes brasileiros na TV. PÁGINA 3

Azeredo espera alívio financeiro para estados

O senador Eduardo Azeredo defende a manutenção dos acordos de renegociação das dívidas firmados no final dos anos 90, mas espera do presidente Luiz Inácio Lula da Silva uma proposta que proporcione alívio financeiro aos estados.

“Os estados fizeram grande negócio quando passaram suas dívidas para a União, ganhando 30 anos para pagamento, com juros bem mais baixos”, observa Azeredo, acrescentando: “Não podemos abrir as portas para a irresponsabilidade fiscal”. O senador admite, porém, que a situação atual é difícil. Segundo ele, uma alternativa seria o governo federal estabelecer compensação para os estados na reforma tributária.

Azeredo diz que governo deve apresentar com rapidez as propostas de reforma



Márcio Kalume

PÁGINA 4

Ana Júlia anuncia luta contra trabalho escravo

Ao manifestar sua preocupação com o emprego de mão-de-obra forçada no Pará, senadora afirma que, se depender dela, seu estado perderá título de campeão dessa prática no Brasil

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) manifestou sua preocupação com o trabalho escravo no Pará, afirmando que, se depender dela, o estado perderá o título de campeão dessa prática no país. Ela informou que, durante reunião ontem no Ministério do Trabalho, que contou com sua participação e a de representantes da Comissão Pastoral da Terra, o ministro Jacques Wagner reiterou a determinação de acabar com o trabalho escravo no Brasil.

— Eu, como senadora do Pará, firmo o compromisso de que vamos lutar para tirar esse título do estado do Pará — disse a senadora, em entrevista à Rádio Senado.

Segundo Ana Júlia, o ministro se comprometeu a buscar formas de intensificar a ação dos grupos móveis de fiscalização do uso de mão-de-obra forçada. A senadora, que classificou o trabalho escravo como “uma violência” e “uma prática retrógrada”, disse que a situação “só traz vergonha, até mesmo para o povo do Pará”.

O caso mais recente de exploração de trabalho escravo veio ao



Ana Júlia: ministro Jacques Wagner quer acabar com exploração

conhecimento público no último fim de semana, quando agentes da Polícia Federal e fiscais do Ministério do Trabalho localizaram 34 empregados submetidos a regime de escravidão em uma fazenda da família do falecido Paulo César Farias, em Santana do Araguaia, no Pará. Atualmente tramita, na Câmara dos Deputados, proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do então senador Ademir Andrade (PSB-PA) que prevê o confisco de propriedades rurais onde haja trabalho escravo e infantil.

Aumentam casos de exploração

Segundo denúncia da Comissão Pastoral da Terra está aumentando o trabalho escravo no Brasil. Registros de janeiro a agosto de 2002 informam que foram apresentadas 3.180 denúncias de trabalhadores em regime de escravidão. Só no Pará, 67 fazendas foram denunciadas pelo crime até agosto do ano passado, por escravizarem 2.771 trabalhadores. Outros 700 trabalhadores foram resgatados da escravidão no Maranhão e em Mato Grosso no mesmo período.

Nos últimos sete anos, a equipe móvel do Ministério do Trabalho, criada para fiscalizar e conferir as denúncias, resgatou 4.549 trabalhadores escravos, sendo 1.149 apenas do início de 2002 até agosto do mesmo ano. Estatísticas da Secretaria da Inspeção do Trabalho (SIT), do Ministério do Trabalho, revelam que foram libertados do regime de escravidão, em 1999, 639 trabalhadores, e em 2000, 588.

Fontes: Organização Internacional do Trabalho, Ministério do Trabalho e Comissão Pastoral da Terra.

Raupp aconselha calma ao governador

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) disse, em entrevista, que o governador de seu estado, Ivo Cassol, do PSDB, precisa ter calma e serenidade para resolver a crise política com a Assembléia Legislativa. O chefe do Executivo defende intervenção federal em Rondônia, com a alegação de que vem sendo impedido de governar pela maioria oposicionista no Legislativo.

— A Assembléia Legislativa ainda está em recesso e até agora limitou-se a eleger a Mesa Diretora — afirmou Valdir Raupp.

Valdir Raupp explicou que o governador Ivo Cassol está



Valdir Raupp disse que Ivo Cassol precisa buscar apoio para resolver crise com Assembléia Legislativa

inconformado por não ter conseguido eleger o presidente da Assembléia, que terá o comando de um deputado peemedebista, de oposição.

bista, de oposição.

— Isso é comum, eu mesmo governei com um presidente oposicionista na Assembléia. É preciso serenidade, negociação, diálogo — aconselhou Valdir Raupp.

O senador lembrou que se estabeleceu em Rondônia uma coligação entre o PMDB e o PTB que conta até com a participação de alguns deputados do PSDB, partido do governador, para fazer oposição.

— O governador não pode alegar que está impedido de governar, porque a Assembléia ainda não deliberou nada. Ele precisa ser paciente e buscar apoio — disse.

Ideli defende vôos do exterior para aeroporto de Navegantes

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e o governador de Santa Catarina, Luiz Henrique, conversaram ontem com o presidente da Infraero, Carlos Wilson, sobre a internacionalização do aeroporto de Navegantes (SC).

No encontro, foi discutido o início das obras de ampliação necessárias para que o terminal receba vôos vindos do exterior. Ideli disse que a idéia é, além de criar mais uma porta de entrada para os turistas que visitam o estado, adaptar as instalações do aeroporto para ser uma nova opção de terminal de cargas, especialmente para o Mercosul.

O presidente da Infraero disse que o término das obras está previsto para novembro. Na avaliação da senadora, isso deve colo-

car o aeroporto na rota dos vôos fretados.

— Santa Catarina já é o principal destino deste tipo de vôo e, com a internacionalização de Navegantes, essa liderança será ainda maior — disse Ideli.

Navegantes, observou a senadora, “se oferece como destino importante dada a proximidade de praias famosas, como o Balneário Camboriú”. Ela lembra que Santa Catarina sempre foi o destino escolhido pelos argentinos, que, mesmo nesta época de crise no país vizinho, continuam buscando as praias catarinenses. Com a opção do aeroporto de Navegantes, além do aeroporto de Florianópolis, o estado poderá receber turistas, não apenas de Buenos Aires, mas também aque-



Ideli Salvatti afirma que terminal pode atender a movimento de carga do Mercosul

les que vêm do interior da Argentina, salientou.

A senadora Ideli Salvatti, indicada pelo PT para compor como titular a Comissão Mista do Mercosul, garantiu também que as mudanças em Navegantes devem tornar o aeroporto um importante terminal de cargas para atender a demanda de comércio do Mercosul, facilitando as exportações de todos os países do bloco.



Lucélia Santos e representantes sindicais pedem ao presidente em exercício do Senado apoio a proposta que tramita na Comissão de Educação

Lucélia defende projeto que beneficia cinema brasileiro

A atriz e produtora cinematográfica Lucélia Santos, acompanhada por representantes sindicais ligados ao cinema, reuniu-se ontem com o presidente em exercício do Senado, Paulo Paim, para pedir ajuda na aprovação, ainda este ano, do projeto de lei que regulamenta a exibição de filmes brasileiros – um longa metragem por semana – pelas emissoras de tevê brasileiras. O projeto aprovado na Câmara dos Deputados é de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e agora está tramitando na Comissão de Educação do Senado.

Segundo Lucélia Santos, o projeto resultou de longo processo de negociação entre os sindicatos da categoria e as emissoras de tevê, e é muito importante que seja aprovado em sua forma original. Ela disse que essa regulamentação permitirá o crescimento da produção local e a criação

de empregos. Lucélia lembrou que o povo brasileiro subsidia filmes aos quais não tem acesso e que a televisão é o meio apropriado para ampliar esse acesso.

–É um sonho antigo de quem trabalha com cinema a conquista do nosso mercado, que hoje está nas mãos do cinema americano. Nosso projeto de cinema abre espaço para a diversidade cultural e para a inclusão social do cinema também – afirmou.

Paim disse que, como senador, é um aliado da categoria pela aprovação do projeto. Ele recomendou que os cineastas procurassem o apoio do presidente da Comissão de Educação, Osmar Dias (PDT-PR), para que seja escolhido um relator “simpático à proposta”, evitando assim emendas que obriguem o projeto a retornar para a Câmara dos Deputados. Paim sugeriu também buscar o apoio do governo para evitar vetos.

Igualdade racial será tema do Diálogo Interamericano

O diretor de Programa Legislativo do centro de análise política Diálogo Interamericano, Sean C. Carrol, visitou ontem o senador Paulo Paim, a quem convidou para participar de um encontro programado pela entidade em Gramado (RS), agendado para este ano, e que contará com a presença de cerca de 70 parlamentares de diversos países. Paim disse que deve estender o convite ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e ao presidente do Senado, José Sarney.

De acordo com Paim, estiveram em pauta, na conversa com Carrol, assuntos como a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), o Mercosul e as políticas públicas voltadas para a igualdade racial, tema central do

encontro de Gramado. Segundo o parlamentar, Carrol afirmou que a conquista da plena igualdade racial não interessa somente aos negros, mas a todas as etnias. Paim informou também que a política de cotas para os afrodescendentes, atualmente em debate no Brasil, estará sendo discutida em Gramado.

O Diálogo Interamericano tem sede em Washington, nos EUA, e conta com a participação do ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que, a partir de janeiro deste ano, tornou-se co-presidente da entidade.

Paulo Paim recebeu ainda a visita do deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS) e do prefeito de Santa Maria (RS), Waldecir Oliveira, também do PT.

Paim: conselho não fere a autoridade do Congresso

Senador destaca afirmação do presidente Lula, ao instalar ontem órgão consultivo, de que não haverá “superposição de ações”

O presidente em exercício do Senado, senador Paulo Paim, assinalou a “independência e soberania” do Congresso Nacional frente às deliberações do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, instalado ontem em cerimônia no Palácio do Planalto. “Não vamos abrir mão de discutir temas importantes para o país com a sociedade, ampliando o debate, inclusive, para setores ausentes no conselho”, afirmou Paim, que representou o Senado na solenidade.

Na ocasião, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria deixado claro em seu pronunciamento, segundo relatou o senador pelo PT do Rio Grande do Sul, que o conselho será um órgão consultivo da Presidência da República, oferecendo subsídios à elaboração de políticas governamentais. “Não vai haver superposição de ações”,

assegurou Paim, observando que, enquanto o conselho estiver examinando as reformas previdenciária e tributária, o Congresso deverá priorizar as discussões em torno das reformas política e trabalhista.

Nesse sentido, Paulo Paim pretende encaminhar já na primeira sessão deliberativa do Senado, na próxima terça-feira, pedido de formação de comissão mista especial, com representação de de-

putados e senadores de todos os partidos, para estudar e propor alternativa ao projeto que flexibiliza normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Também pode ser inserido na discussão da reforma trabalhista o aumento do salário mínimo de R\$ 200 para R\$ 240, que foi negociado durante a discussão do Orçamento para 2003. Paim defende o valor de R\$ 240, mas o novo mínimo será fixado pelo Executivo.

Legislativo deve priorizar debate sobre reformas política e trabalhista, diz Paim



Roosevelt Pinheiro

Senador apóia sistema universal de previdência

O senador Paulo Paim disse que os debates sobre as reformas previdenciária e tributária, no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, não inviabilizam a discussão dos temas pelo Congresso Nacional. Segundo Paim, o substitutivo do deputado Mussa Demes (PFL-PI) deve ser o ponto de partida para a reforma tributária. No entanto, Paim discorda de que a análise de mudanças no regime previdenciário parta de projeto de lei, em tramitação na Câmara, que trata do sistema de previdência complementar dos servidores públicos.

– O eixo do debate sobre a reforma da Previdência deve ser a universalização do sistema.

Na sua opinião, todos os traba-

lhadores, do setor público ou da iniciativa privada, devem ter direito à aposentadoria integral, desde que contribuam para isso.

– É necessário fazer os cálculos atuariais para definir o percentual do salário que irá corresponder ao pagamento da aposentadoria integral – acrescentou.

Por outro lado, Paulo Paim classifica como “apropriação indébita do erário” o pagamento de aposentadorias superiores a R\$ 20 mil. – Trata-se de um privilégio que não pode ser mantido – declarou.

Como esses benefícios representam um número reduzido dentro do sistema previdenciário, o senador acredita que uma auditoria específica poderia ser instituída para rever caso a caso.

Estabelecido um regime univer-

sal de previdência, com contribuições correspondentes aos benefícios a serem pagos no futuro, Paim diz que não seria necessária a criação de um sistema de previdência complementar. A conquista do equilíbrio nas contas previdenciárias também dependeria, segundo ressaltou, da garantia de que esses recursos não seriam desviados para outras ações governamentais. Isso significaria que o custeio das aposentadorias rurais, pagas a cidadãos que nunca contribuíram com a Previdência Social, seria alimentado por recursos orçamentários, e não previdenciários.

– Esse aspecto social é importante e tem que ser mantido como responsabilidade da União, mas o contribuinte não pode ser lesado – destacou o senador.

Reformas dominam a pauta de trabalho

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) foi criado pela Medida Provisória nº 103, assinada em 1º de janeiro deste ano. Presidido pelo próprio presidente da República, o conselho conta com 11 representantes do governo federal e outros 82 membros, entre empresários, sindicalistas e representantes da sociedade civil.

Com a função de assessorar o presidente da República na formulação de políticas e diretrizes es-

pecíficas, o CDES servirá também como fórum de discussão para embasar as mudanças previstas na agenda política do Executivo. Na pauta de trabalho do órgão consultivo, já definida pelo presidente da República, estão as reformas da Previdência Social, tributária e a da legislação trabalhista.

À frente dos trabalhos, como secretário-executivo, está Tarso Genro, que também é o secretário especial de Desenvolvimento Econômico e Social. O conselho se reunirá a cada dois meses.

Azeredo quer alívio para crise financeira dos estados

Senador espera que Executivo ofereça alternativas, mas que mantenha acordos firmados, sem abrir precedente para irresponsabilidade fiscal

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou ontem que espera do presidente Luiz Inácio Lula da Silva uma proposta para aliviar a situação financeira dos estados, mas não concorda com mudanças nos acordos de renegociação das dívidas firmados entre os estados e o governo federal no final dos anos 90.

— A situação é difícil, mas não podemos abrir as portei-ras para a irresponsabilidade fiscal. Os estados fizeram um grande negócio quando passaram suas dívidas para a União, porque ganharam 30 anos para pagamento, com juros bem mais baixos — ponderou o senador, ex-governador de Minas Gerais, para quem a renegociação feita no governo Fernando Henrique Cardoso “foi benéfica a todos os estados”.

Uma alternativa seria o governo federal estabelecer compensação para os estados durante a discussão da reforma tributária, prometida pelo presidente Lula, na opinião de Azeredo.

— O governador Aécio Neves (*Minas Gerais*) chegou a mencionar que a União poderia dar um alívio de uns dois anos aos estados. É uma alternativa para início de negociação — afirmou.



Renegociação com governo FHC foi “benéfica aos estados”, diz Azeredo

Eduardo Azeredo entende que o presidente tem que enviar ao Congresso com rapidez suas propostas de reforma, especialmente a tributária e a previdenciária, que para o senador têm de ser discutidas e votadas neste ano.

— Quanto mais cedo, menor a resistência à sua votação — observou.

Azeredo pondera que a reforma tributária poderá ser feita sem que haja perda de arrecadação para estados, municípios e União, mesmo sem aumento da carga tributária geral. Ele acredita que pode ser feita uma simplificação tributária, ao mesmo tempo incorporando ao sistema pessoas ou setores que hoje nada pagam ou pagam muito pouco.

— Uma tributação simplificada permite melhor fiscalização, reduzindo-se a sonegação — disse.

O senador ressaltou que a arrecadação aumenta quando há crescimento econômico, observando que as reformas contribuirão para aquecer a economia, com inflação sob controle.

CAE

Indicado pelo PSDB para integrar a Comissão de Assuntos Econômicos, que discutirá todas as reformas, Azeredo ressaltou que o grande desafio será fazer todas as mudanças sem que a população pague mais impostos e os estados possam voltar a investir.

— Um estado como Minas Gerais, que chegou a gastar no ano passado 73% de sua arrecadação com pessoal, não investe nada. É uma situação muito difícil — ponderou ele.

Entre os projetos que pretende apresentar, o senador destaca proposta de emenda constitucional destinada a modificar os critérios para distribuição das verbas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Hoje, o critério é o número de habitantes, e Eduardo Azeredo quer incluir outros itens para beneficiar municípios mais pobres e populosos, como extensão, gastos com saúde e educação e até investimentos em meio ambiente.

Comando da CMO será definido em março

Os nomes dos parlamentares que vão dirigir a Comissão Mista de Orçamento (CMO) deverão ser definidos pelas lideranças partidárias somente na segunda semana de março, segundo informações do gabinete da liderança do PMDB no Senado. Até essa data, os partidos também definem os parlamentares que passarão a integrar a comissão.

Até que sejam empossados os novos dirigentes, a CMO continuará sendo presidida pelo deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), reeleito para mais um mandato na Câmara. Entretanto, até que os novos membros e dirigentes assumam, não deverá ocorrer reuniões ordinárias, já que muitos dos integrantes não

foram reeleitos.

Segundo determina o Regimento do Congresso Nacional, a definição sobre a direção e composição da CMO ocorre sempre depois que são escolhidos os integrantes das demais comissões. A assessoria técnica da CMO esclareceu que não há pressa para definir a composição da comissão, em razão dos prazos para o exame das propostas pelo colegiado.

O Poder Executivo tem até 30 de abril de cada ano para enviar ao Congresso e à CMO a proposta da nova Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que fixa parâmetros básicos a serem obedecidos na confecção do Orçamento do exercício seguinte.

A proposta de Orçamento da

União, segundo preceito constitucional, deve ser encaminhada ao Congresso até o final de agosto. Este ano, a proposta orçamentária para 2004, a primeira a ser elaborada pelo governo Lula, deverá chegar também acompanhada do Plano Plurianual de Investimentos (PPA), para um período de quatro anos.

Pelas regras em vigor, o próximo presidente da CMO deverá ser um senador indicado do PMDB, cabendo a relatoria geral a um deputado indicado pelo PT. Renan Calheiros (PMDB-AL), líder do seu partido no Senado, já levantou, entretanto, a possibilidade de troca de posições, com o PMDB ficando com a relatoria geral e o PT com a presidência.



Debate sobre a reforma da Previdência, promovido pelo Instituto Legislativo Brasileiro, reuniu ontem especialistas no Senado

Para consultor, governadores rejeitam previdência unificada

Em debate no Senado, promovido pelo Instituto Legislativo Brasileiro, o especialista em políticas públicas e gestão governamental Ricardo Miranda afirmou ontem que os governadores não concordam com a idéia de criação de um sistema previdenciário único no país, para servidores públicos e para contribuintes do INSS.

— Para implantar o sistema, eles terão de pagar 20% dos salários ao INSS, como qualquer patrão. Hoje, eles nada pagam ao INSS e ainda descontam para os cofres estaduais a contribuição previdenciária dos funcionários.

Já o consultor legislativo do Senado Gilberto Guerzoni Filho disse que o governo tem alternativas, além de criar o regime previdenciário único, para reduzir o gastos com inativos. Um dos ca-

minhos seria implantar o chamado “fator previdenciário”, pelo qual o servidor que adiar sua inatividade terá uma aposentadoria mais elevada.

Além disso, existe a possibilidade de se aumentar a idade mínima para aposentadoria — hoje de 53 anos para homens e 48 para mulheres que estavam no serviço público em 15 de dezembro de 1998. Quem entrou para o serviço público depois desta data só pode se aposentar aos 65 anos (homem) e 60 anos (mulher).

O senador João Batista Mota (PPS-ES) resumiu o que, a seu ver, é o grande problema da reforma previdenciária: “Onde arrumar tanto dinheiro para financiar a fase de transição entre o atual sistema e uma futura previdência social única?”

Reforma política deve ter prioridade, diz Capiberibe

O vice-líder do governo, senador João Capiberibe (PSB-AP), disse que a reforma política deve receber tratamento prioritário no Congresso. Ele informou que o presidente do Senado, José Sarney, está fazendo um levantamento de todos os projetos em tramitação, o que vai agilizar o trabalho. O parlamentar lembrou que o Senado está mais avançado em matéria de reforma política do que a Câmara, pois já aprovou propostas como o financiamento público de campanhas e a fidelidade partidária.

Capiberibe defende a união das duas Casas como forma de desemperrar o que ele chama de “a mãe de todas as reformas”. Para ele, sem a reforma política o Brasil estará se encaminhando para uma desorganização nos moldes da



João Capiberibe quer agilidade para “a mãe de todas as reformas”

crise Argentina.

— Se não reformarmos o sistema político brasileiro, vamos entrar numa associação rápida do crime organizado com a política — afirmou.

O senador entende que a questão principal está na posse do man-

dato pelo candidato eleito. Ele quer eliminar a possibilidade de utilização do mandato pelo parlamentar, fortalecendo o partido.

— Hoje, cada um é dono do seu mandato. É preciso inverter e passar a guarda do mandato para o partido — assinalou.

Capiberibe também é favorável à eliminação da figura do suplente, com a implantação da lista de candidatos, em que a cadeira vaga passa a ser ocupada pelo segundo candidato mais votado.